

Previdência Social

A Previdência Social, prevista na Constituição Federal como um direito social, organiza-se em três regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS - art. 201, CF/88), Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS - arts. 40 e 142 da CF/88, para civis e militares, respectivamente) e Regime de Previdência Complementar (RPC - art. 202, CF/88). O RGPS e o RPPS são públicos e o RPC, privado.

O programa Previdência Social constante no PPA 2012-2015 conta com treze indicadores ligados a três objetivos estratégicos, entre eles estão os relativos à melhoria da qualidade dos serviços e à sustentabilidade dos serviços:

Melhoria da qualidade dos serviços

As principais metas para melhoria da qualidade dos serviços do RGPS estão relacionadas ao tempo de execução das atividades. Os resultados de 2012 mostram que as metas tanto nacionais quanto regionais ficaram abaixo da meta estabelecida. Entre as justificativas do Ministério da Previdência Social estão o reduzido número de servidores, a falta de médicos para realização de perícia e o aumento da demanda por atendimento.

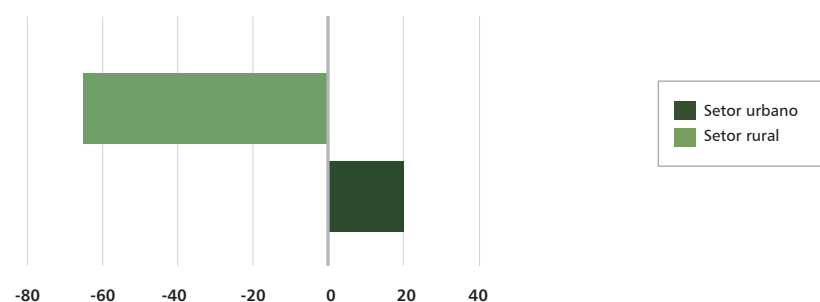
Sustentabilidade dos serviços

Em relação à sustentabilidade dos serviços, o indicador do RGPS "necessidade de financiamento do regime geral, em relação ao PIB", não tem metas definidas. Esse Indicador foi reduzido de 1,17% para 0,90%, entre 2010 e 2012.

Apesar dessa pequena diminuição na necessidade de financiamento, o valor nominal do déficit do RGPS cresceu R\$ 5,3 bilhões (14,8%), de 2011 para 2012. O déficit total foi igual a R\$ 40,8 bilhões. Pode-se observar que, em 2012, o resultado para a clientela urbana foi positivo em R\$ 20,5 bilhões, enquanto o resultado para a clientela rural foi deficitário em R\$ 65,4 bilhões, como mostra o gráfico abaixo.

De 2011 a 2012, o valor nominal do déficit do RGPS cresceu R\$ 5,3 bilhões (14,8%). O déficit total foi igual a R\$ 40,8 bilhões.

Gráfico 1. Valor nominal para clientela urbana e rural do RGPS (R\$ bilhões)



Fonte: Fluxo de caixa do INSS e Relatório do resultado Primário do STN

De 2011 para 2012, as receitas da clientela urbana e rural cresceram 12,3% e 7,6%, enquanto as despesas cresceram 11,6% e 15,8%, respectivamente. Segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2059/2012 - TCU/Plenário), os seguintes fatores estão entre as causas do déficit rural:

- a) insuficiência das fontes de arrecadação rural;
- b) modelo de arrecadação por sub-rogação, impossibilitando a individualização da contribuição do segurado especial e facilitando a evasão fiscal;
- c) desenho do benefício rural, que não exige comprovação de contribuição para sua concessão; e
- d) aumento real no valor do salário mínimo, que gera aumentos de despesa sem o correspondente crescimento da arrecadação.

Efeitos do RGPS sobre a renda e a economia

Os recursos do RGPS representaram, em média, 14,4% do PIB dos municípios, atingindo, no caso extremo, 85%.

Apesar dos problemas apontados acima, relativos à sustentabilidade do subsistema rural do RGPS, ao analisar o efeito distributivo dos benefícios previdenciários do RGPS associados à renda das famílias, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Pnad/2011), tem-se que a renda média mensal *per capita* dos domicílios rurais com benefícios previdenciários foi de R\$ 623,89, enquanto para os que não recebem benefícios foi de R\$ 358,91. Para a população urbana, a renda média com e sem benefícios foram iguais a R\$ 1.063,56 e R\$ 848,12, respectivamente.

Na comparação por regiões do efeito distributivo, nota-se que o percentual de aumento na renda dos domicílios foi maior para regiões com menores rendas médias.

Recursos do RGPS e PIB dos municípios

Calculando-se o percentual recebido em 2012 em relação ao PIB (calculado para 2009 pelo IBGE) de cada município, os recursos do RGPS representaram, em média, 14,4% do PIB dos municípios, variando de 0,05% a 85%. Para 25% dos municípios, esses recursos representaram mais de 19% do PIB. Esses números demonstram a relevância dos recursos provenientes de benefícios previdenciários para a economia da maioria dos municípios do País.

Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS)

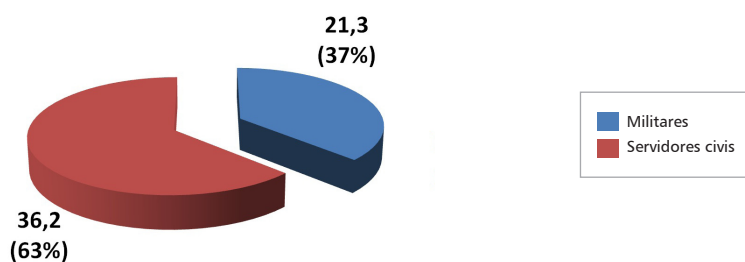
O ritmo de aumento do déficit do RPPS vem sendo reduzido nos últimos cinco anos. Não obstante, sitou-se no patamar de R\$ 36,2 bilhões, 4,8% acima de 2011.

Análise dos dados dos servidores civis indica um resultado negativo de R\$ 36,2 bilhões em 2012, valor 4,8% acima de 2011. O aumento do déficit dos servidores civis, em porcentagem, foi reduzido sistematicamente nos últimos cinco anos. Entre 2008 e 2009, o déficit apresentou um aumento de 24,2%, o qual diminuiu para 13,1%, de 2009 a 2010, e para 8,9%, de 2010 a 2011. Em relação ao PIB, o déficit, em 2012, foi equivalente a 0,82%, dentro da margem de variação observada desde 2008, que se manteve entre 0,74% a 0,87% do PIB.

Os dados referentes à previdência dos militares indicam que houve um resultado negativo de R\$ 21,3 bilhões em 2012, que representa um aumento nominal de 6,9% com relação ao déficit obtido em 2011. Esse aumento do déficit associado aos militares foi o maior observado nos últimos cinco anos e esteve associado a um crescimento de R\$ 1,4 bilhão nas despesas e uma redução de R\$ 24 milhões nas receitas. Com relação ao PIB, o resultado em 2012 foi equivalente a 0,48% do PIB, valor igual ao observado em 2011.

Gráfico 2. Déficit do RPPS (R\$ bilhões)

O aumento do déficit referente à previdência dos militares foi o maior observado nos últimos cinco anos.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária